

“Diferentes usos e percepções do *hijab* em duas mesquitas paulistas”¹”

Cristina Maria de Castro

CEBRAP

Resumo

O uso e o significado do véu islâmico são interpretados de diversas maneiras, não apenas por *outsiders* como também por líderes e membros da própria comunidade religiosa. A ausência de consenso demanda uma observação mais detalhada desta questão tão debatida pela mídia ocidental e elevada por ela ao status de “símbolo maior da opressão feminina”. Neste *paper*, volto-me ao discurso das lideranças religiosas de duas mesquitas paulistas, a Liga da Juventude Islâmica Beneficente do Brasil, situada no bairro paulistano do Brás e o Centro Islâmico da cidade de Campinas.

A partir do exemplo da vestimenta islâmica, procuro mostrar como diferentes perfis étnicos, ocupacionais e de distribuição espacial podem gerar práticas e discursos religiosos diversificados no contexto minoritário brasileiro. Por fim, partindo das discussões teóricas a respeito da tendência de individualização da religiosidade muçulmana no Ocidente, tento confrontar o discurso das lideranças com a prática efetiva da religião de mulheres pertencentes às duas comunidades, uma vez que não são apenas os líderes que constroem a religiosidade, os sujeitos comuns também o fazem, durante sua vida cotidiana².

Palavras-chaves: sociologia, Islã, individualização

Mapeando discursos e práticas referentes ao *hijab*

A sexualidade e a vestimenta islâmica são temas especialmente polemizados pela mídia, sendo as muçulmanas retratadas como mulheres oprimidas, alijadas do prazer sexual, obrigadas a submeterem-se a casamentos poligâmicos e aos desmandos de seus pais e, posteriormente, maridos, onde o véu seria o símbolo máximo da dominação masculina

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

² A questão da individualização da religiosidade muçulmana no Ocidente vem sendo trabalhada com maiores detalhes no meu pós-doutorado realizado em cooperação com o International Institute for the Study of Islam in the Modern World, ISIM, sediado em Leiden, Holanda.

sobre elas. Uma visão preconceituosa e essencialista que superestima o papel da religião na determinação da vida destas pessoas, nega o possível uso do Islã a favor das mulheres e negligencia o impacto do contexto cultural sobre a prática e a crença religiosas.

A própria obrigatoriedade do véu na esfera pública não é um consenso entre os muçulmanos, existindo uma grande diversidade de opiniões não só a respeito de onde e quando este deve ser usado, mas também como e que partes do corpo deve cobrir... Existem feministas muçulmanas que defendem um “empoderamento” das mulheres a partir da religião, ao mesmo tempo em que defendem a não obrigatoriedade do véu. Por outro lado, há aqueles (homens e mulheres) que o consideram um aspecto fundamental da conduta da mulher muçulmana, por simbolizar a dignidade e a modéstia, além de ajudar ambos os sexos a preservar a castidade até o casamento. Por fim, o uso do véu pode servir a propósitos ideológico-políticos como forma de resistência em contextos onde sentem-se perseguidos, como em países europeus dominados por políticos de direita. Muçulmanas mais seculares, por sua vez, podem alegar que o importante “é o coração, a fé” e não o uso do véu. Entre suas adeptas, há quem defenda a cobertura do cabelo e partes atrativas do corpo, deixando à mostra as mãos e o rosto, enquanto alguns defendem inclusive a cobertura deste último (niqab) e das mãos... Também ouvi casos de mulheres que defendiam o uso do véu *após* o casamento, alegando que a demonstração da beleza é necessária para atrair pretendentes, algo bastante oposto ao que costumam pregar os religiosos...

Como se vê, a teoria já não é consensual, que dirá a prática... Defendo a idéia de que o contexto cultural das sociedades hospedeiras influi na crença e na prática da religião de um grupo imigrante, em um processo onde as próprias lideranças são afetadas e levadas a moldar seu discurso de forma a revigorar sua “credibilidade cultural” neste novo ambiente onde representam uma minoria. (Hervieu-Léger, *cit in* Peter, 2005) Dessa forma, apontarei e compararei o discurso oficial das duas comunidades pesquisadas por mim no que toca ao uso da vestimenta islâmica, buscando apreender possíveis diferenças de adaptação do discurso, geradas, por sua vez, pela diversidade étnica e ocupacional de ambas as comunidades. Por fim, compararei os discursos oficiais com a prática das mulheres das respectivas comunidades, para analisar até que ponto o processo de negociação cultural com a sociedade hospedeira, no que toca a este assunto, é intermediado pelos próprios

líderes, e até que ponto constitui fruto de iniciativas individuais de negociação com a sociedade mais ampla.

O “Islã individualizado” é entendido por Césari (1994), primariamente como um Islã vivido na esfera privada, um Islã onde o crente decide autonomamente quais elementos da religião ele considera ou não obrigatórios. O termo individualização usado no estudo da religiosidade muçulmana não é consensual, mas o argumento de Césari segundo o qual haveria uma transformação do Islã no Ocidente e um declínio do papel das instituições religiosas tradicionais sobre as novas gerações dos muçulmanos converge com os resultados gerais de muitos outros estudos como os de Frégosi (2004), Khosrokhavar (1997), Martín Munõz (2003) e Mohsen-Finan (2003), apontados por Peter (2005) em seu ensaio sobre a individualização do Islã na Europa.

A constatação da individualização da religiosidade muçulmana é quase uma unanimidade na pesquisa social europeia, mas isto não significa que o estudo das lideranças e seus discursos tenham perdido sua validade, muito pelo contrário. Como lembram Salvatore e Amir-Moazami (2003), de que maneira podemos distinguir entre “intervenções internas” na tradição islâmica e individualização do Islã? O estudo da individualização do Islã não deve ser conduzido separadamente do estudo do Islã institucionalizado.

Os dados aqui apresentados foram coletados fundamentalmente através da técnica de observação participante junto às lideranças e membros das mesquitas do Centro Islâmico de Campinas e da Liga da Juventude Islâmica Beneficente do Brasil, situada no bairro paulistano do Brás, durante os anos de 2004 e 2006, respectivamente. Sermões de sexta-feira, aulas de árabe e religião realizadas aos sábados, e eventuais congressos e eventos islâmicos foram freqüentados e analisados.

Iniciarei a discussão apresentando o discurso oficial da Liga. Em seu *website* há uma série de artigos a respeito das mulheres no Islã. Em um deles intitulado “O significado do Hijab³”, a resposta às críticas expostas pela mídia, academia e feministas é direta e incisiva:

“É um absurdo pensar que o hijab, que faz parte da fé Islâmica, ‘simboliza a desigualdade sexual e o aprisionamento das mulheres’. Os que têm como fonte de conhecimento os meios

³ http://www.ljib.hpg.ig.com.br/significado_do_hijab.htm

de comunicação ocidentais têm esta imagem.”... “A verdade é que o hijab foi decretado não para degradar as mulheres, mas para proteger a sua modéstia e honra, é tão bárbaro colocar um elevado prêmio sobre a honra das nossas mães, irmãs e mulheres? É errado respeitá-las? Deve uma mulher estar semi-nua para ser civilizada e decente?”

O Diretor da Liga, durante uma aula inaugural de religião para os convertidos e curiosos, fez o seguinte discurso:

“Ah, os muçulmanos vestem a mulher como um saco de batata! Já estamos no século XXI”. “Bom, se andar pelado fosse moderno, os animais já estariam muito à frente dos homens. A modernidade não é andar pelado, animais já faziam isso há muito tempo. Dignidade não é contra a modernidade”

A obrigatoriedade do uso do véu é reforçada, mesmo em contextos minoritários, como mostra o seguinte trecho extraído do *website* da Liga:

“Em certas sociedades, principalmente onde os muçulmanos estão em minoria, as mulheres podem achar a realização desta exigência muito difícil, elas dirigem-se aos eruditos Islâmicos com todo o gênero de justificações. Um erudito não pode mudar uma ordem Islâmica, Deus o Altíssimo diz no Alcorão Sagrado: “Ó profeta, dizei a tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos crentes que quando saírem que se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que se distinguiam das demais e não sejam molestadas; sabeis que Deus é Indulgente, Misericordiosíssimo.” (33ª Surata, Al Ahzab, versículo 59)”

Ao mesmo tempo, porém, fazem a seguinte afirmação:

“Há uma tendência generalizada entre os muçulmanos para serem demasiado rígidos, para darem ênfase demais a esta questão. Eles consideram-na como a forma garantida de provocar o regresso total da implementação do Islam em todos os países muçulmanos”. “Devemos recordar que o Islam é uma religião muito prática e fácil de seguir, ele não procura sobrecarregar as pessoas ou implementar um código de comportamento muito rígido, o Islam estabelece princípios e valores que fornecem uma estrutura geral dentro da qual tipos diferentes de comportamento são aceitáveis. Enquanto o que cada um fizer ou disser não infringir esses valores e princípios, então é aceitável, o nível moral fixado pelo Islam está, na realidade, a atrair mulheres do mundo ocidental, de acordo com um relatório publicado por um centro de pesquisas em Inglaterra, estimadamente 10.000 mulheres inglesas instruídas, principalmente médicas, professoras universitárias e advogadas, converteram-se ao Islam durante a última década.”

Não abrem mão do uso do véu em um contexto minoritário como o Brasil, mas reconhecem que é necessária uma certa flexibilidade, uma vez que o Islã deve constituir uma religião “fácil de ser seguida”, sendo, inclusive, “atrativa para as mulheres ocidentais”.

Em outro artigo denominado “O Hijab – O véu”⁴, no entanto, definem a forma bastante rigorosa como este deve ser usado:

“Dizei às fiéis, que recatem os seus olhares, conservem os seus pudores, e não mostrem os seus atrativos, além dos que normalmente aparecem; que cubram o colo com os seus véus e não mostrem os seus atrativos, a não ser aos seus esposos... ‘Está permissibilidade “além dos que normalmente aparecem”, entretanto, exclui os cosméticos como as mulheres usam atualmente para as faces, lábios e unhas, consideramos estes cosméticos como um excesso e não devem ser usados a não ser dentro da própria casa da mulher, quando não estiverem presentes homens, o objetivo das mulheres em usar tais cosméticos ao sair de casa é obviamente o de atrair a atenção dos homens para si, o que é ilícito. Certamente que é permitido a uma mulher mostrar seu rosto e mãos, porque cobri-los representaria uma complicação para ela, especialmente se ela precisa tratar de algum assunto perfeitamente lícito”... “As roupas da mulher muçulmana devem estar de acordo com os padrões estabelecidos pela Chari'ah Islâmica. Sua roupa não deve ser transparente e reveladora daquilo a que cobre”... “A roupa de uma mulher muçulmana não deve ser demasiadamente justa para não delinear as partes do seu corpo, especialmente as suas curvas, mesmo que não seja transparente. Isto é válido para os vestuários habituais da civilização materialista e sensual do continente ocidental, cujos estilistas competem para desenhar roupas femininas que ressaltem cada vez mais os seus dotes físicos, de maneira a provocar admiração imoral nos homens”...

A vestimenta islâmica deve, portanto, cobrir todos os “atrativos” da mulher, de forma a não evidenciar os contornos de seu corpo, seja através de transparências ou roupas justas, ambas igualmente condenáveis. Apenas rosto e mãos devem aparecer, não sendo permitido, porém, o uso de cosméticos faciais e esmalte nas unhas.

Em Campinas, o discurso oficial diferencia-se do encontrado na Liga, assumindo uma justificativa mais cultural e política do que religiosa, como mostra a entrevista do líder da comunidade Mohamed Habib a uma estudante de jornalismo que visitou a mesquita durante o período em que realizei minha pesquisa de campo:

“Nas palavras do professor e diretor do Instituto de Biologia da Unicamp, Mohamed Habib, originário do Egito e muçulmano, quando os homens do deserto saíam à caça de animais suas tribos eram freqüentemente invadidas por nômades que abusavam de suas mulheres ocupadas com o lar e a educação dos filhos. O abuso das mulheres por parte destes invasores era uma questão vergonhosa para o homem e para a família. Conseqüentemente, a mulher passava a se cobrir no intuito de não ser identificada pelo invasor, o que traria a desonra a seu marido. ‘Assim ocorre a interferência das culturas sociais com os valores religiosos’, afirma Mohamed Habib.”

⁴ http://www.ljib.hpg.ig.com.br/o_hijab_o_veu.htm

Habib dá prosseguimento ao seu discurso sobre a vestimenta islâmica utilizando agora argumentos baseados na necessidade do ser humano de se adaptar às condições climáticas do meio em questão:

“Sou muçulmano, tenho 62 anos e 2 meses e se você olhar para mim, eu não tenho aquela roupa comprida e a minha cabeça não está coberta, porque o modo de se vestir é uma adaptação cultural e climática. O árabe se vestiu desta maneira para se proteger do sol escaldante do deserto e dos ventos de areia e assim a mulher o fez. O uso do véu remonta à época pré-islâmica, porém com a chegada das palavras do profeta, estabelece-se um código de ética entre o homem e a mulher, o qual define que ambos não devem provocar um ao outro. Sendo assim, qualquer modo de se vestir que seja considerado provocativo não é permitido”.

...

“Mohamed Habib diz que “as culturas religiosas têm o objetivo de disciplinar o nosso comportamento para manter a sociedade dentro de um padrão de ética necessário para o seu bom funcionamento”. Nenhum país muçulmano exibe em um outdoor uma mulher totalmente nua e quanto a isto, Habib acredita ser uma forma moderna de escravizar a mulher. ‘É um perigo para a mulher, pois ela perde o seu valor. É um perigo para a própria sociedade, porque ela perde o seu bom funcionamento e seus valores éticos’.”

Assim como a Liga, chama a atenção para a exploração da mulher pelo Ocidente, mas de forma menos defensiva e mais “protetora”, por assim dizer. O Secretário Geral do Centro Islâmico de Campinas, o engenheiro civil Nasser Musa, também foi entrevistado pela mesma jornalista. Alegou não haver qualquer tipo de punição ou discriminação por parte dos membros da comunidade muçulmana de Campinas sobre as mulheres que não usam o véu: “Ele afirma que não cabe aos homens julgar se uma mulher muçulmana usa o véu ou não, mas acredita que estas deveriam usá-lo como forma de preservação da identidade muçulmana”.

Durante minha pesquisa de campo, ouvi do Presidente do Centro Islâmico de Campinas, o professor e empresário do ramo de idiomas, Ismail Hatia, referências à vestimenta islâmica como “roupa de oração”, algo a ser utilizado para se cobrir o corpo e o cabelo ao rezar. Também comentou que sua esposa, mesmo no país de origem, África do Sul, não costumava usar o véu, nunca sendo pressionada por ele a fazê-lo.

Os discursos das lideranças destas comunidades são bastante diferenciados, primeiro pela não obrigatoriedade do véu, em Campinas, e o esforço de enfatizar seu uso na Liga. Segundo pelo “perfeccionismo religioso” da Liga, em contraposição aos argumentos baseados em critérios culturais, políticos e até mesmo climáticos, em Campinas. Lideranças

de um grupo formado por imigrantes residentes no Brasil há um longo tempo, provenientes de diversas nacionalidades e etnias, atrelados à atividade educacional e marcados pela ausência de Sheikhs⁵ por certos períodos de tempo produzem um tipo de discurso que pode variar bastante daquele produzido por líderes de uma comunidade formada por imigrantes mais recentes, beirando à homogeneidade étnica, atrelados à atividade comercial e com a presença de Sheikhs treinados em grandes centros como Al-Azhar no Egito e Arábia Saudita.

Convém voltarmos os olhos para a prática efetiva das mulheres de ambas as comunidades, no que toca ao uso do véu e sua visão a respeito disso. Mais uma vez, começarei pela comunidade da Liga da Juventude Islâmica. Além dos fatores que acabei de mencionar, como a presença de Sheikhs treinados em centros islâmicos estrangeiros e a quase homogeneidade étnica dos imigrantes, que classificam-se e são classificados como árabes, aponto também a questão de concentrarem-se no mesmo bairro e trabalharem juntos, no comércio de jeans.

A proximidade faz com que o controle exercido pela comunidade torne-se mais acirrado no que se refere ao seguimento da moralidade islâmica, ainda mais em um caso tão visível quanto a questão do uso da vestimenta adequada à mulher muçulmana. Para as convertidas isto assume proporções ainda maiores naquela comunidade. Em um ambiente no qual os árabes constituem maioria incontestável, o seguimento das normas morais e comportamentais islâmicas representa a maior, para não dizer única, estratégia encontrada pelos convertidos para angariar algum capital simbólico neste meio, já que o vínculo ligado à tradição fundadora da religião não lhes é nem nunca será acessível. A crítica às “árabes” que não utilizam a vestimenta islâmica é mordaz e constante, aparentemente, não apenas fruto de um desapontamento para com aquelas que “tem conhecimento das normas da religião e mesmo assim não as cumprem”, mas também como estratégia de se valorizar perante elas, pelo seu rigor e correção no seguimento das obrigações religiosas.

Neste contexto, existe um grande esforço por parte das convertidas da Liga em utilizar a vestimenta islâmica adequada não apenas nos momentos de oração, como fora da mesquita também. Claro que este processo é gradativo e envolve uma tensa negociação

⁵ Na ausência de Sheikhs com uma formação religiosa formal, obtida em centros de educação religiosa oficiais, escolhe-se como líder (es), o (s) indivíduo (s) que apresenta (m) maior conhecimento da religião, além de reputação ilibada.

com família (já que o convertido “se converte sozinho”), colegas de trabalho, vizinhos e sociedade em geral, gerando rupturas algumas vezes dramáticas e uma busca cada vez maior pela convivência com os membros da nova comunidade abraçada. Esta tendência já foi reportada por Ramos (2003) e Marques (2000) e é confirmada pela minha pesquisa de campo.

Antes de passarmos para exemplos do campo, é importante fazer a ressalva de que as convertidas sem ascendência árabe não são as únicas que precisam enfrentar os pais para utilizar o véu. A própria diretora do departamento feminino da Liga, filha de pais seculares de origem libanesa muçulmana, também foi contrária à vontade de seu pai, quando resolveu se cobrir. A idéia de que a mulher muçulmana se cobre única e exclusivamente para submeter-se à vontade do pai e / ou marido não é capaz de abarcar a realidade de todos os casos encontrados no campo e menospreza a fé e a crença destas mulheres de que ao se cobrir, estarão se submetendo à vontade de Deus.

No álbum de fotos do perfil de uma das convertidas da Liga encontrado no site de relacionamentos Orkut, há uma imagem de uma série de cosméticos e apetrechos utilizados para embelezar as mulheres e abaixo a seguinte frase: “Você prefere ser uma escrava dos homens...” e logo a seguir, uma imagem de muçulmanas vestidas de branco, rezando, com a seguinte legenda: “ou uma escrava de Deus?” Esta garota comentou ser muito cobrada pelo antigo namorado para estar sempre “linda e magra” e hoje se sente livre deste tipo de pressão, por usar a vestimenta islâmica, podendo ser valorizada apenas pelo seu caráter e intelecto.

Mas, como já disse, a decisão de usar o véu traz consigo um tenso e gradativo processo de negociação, seja com a família, com o ambiente de trabalho, a sociedade em geral... “Não vivemos em um país de tradição islâmica, é preciso ir aos poucos, deixar que a vizinhança se acostume com você de véu”, disse a convertida M. de cerca de 50 anos de idade. Outra convertida, de 35 anos de idade, convertida há 8 afirmou que seus vizinhos a chamavam de “louca, maluca”, quando começou a usar o véu.

O caso de F. é bastante elucidativo: enfrentou a resistência da mãe desde quando resolveu freqüentar a mesquita, as discussões aumentaram quando, após algum tempo de conversão, resolveu usar o véu. Para minimizar o problema, procurava vesti-lo dentro do ônibus, a caminho da mesquita. “Aquele ônibus estava sempre vazio no ponto em que eu

subia e eu me sentava lá no fundo, então não tinha problema. Mas o certo é colocar o hijab em casa e não na rua...” Hoje usa não só o véu, como renovou todo o guarda-roupa com peças largas e longas, que não marcam o corpo. Saiu da casa da mãe e casou-se com um convertido que conheceu na mesquita, e continua não sendo aceita por ela.

Também reclama da reação e preconceito das pessoas em geral:

“Ficam olhando e fazendo piada, achando ridículo. Muitos dizem ‘Ave Maria’ e eu respondo: ela também se cobria. Uma vez me trataram mal em uma loja, mas me vinguei pedindo para ver tudo e não comprei nada. Em Barueri onde morava era ainda pior, porque quase não tinha muçulmano, sofri muito, mas agora moro mais perto da mesquita”.

A convertida L., um raro caso em que a mulher se converteu e foi seguida por toda a família, também tem casos de preconceitos para contar, enfatizando, porém, um aspecto especialmente importante: o fato dos ataques serem proferidos com mais veemência por mulheres. L., convertida de Ribeirão Pires, conheceu a religião através da internet e só depois de vários meses passou a freqüentar a mesquita. Disse que usa o véu o tempo todo, menos em casa:

“Não dá para limpar a casa e cozinhar com isso, né? Mas, vou a todos os lugares com ele, ao mercado, mas não é fácil, as pessoas ficam olhando... Mês passado fui ao mercado e uma moça ficou rindo e olhando para mim, as outras pessoas ficaram olhando para ela. Ela quis me fazer de ridícula, mas ela acabou chamando a atenção para ela mesma, ela é que acabou sendo a ridícula.”

Contou que algumas pessoas perguntam se já faz muito tempo que ela chegou ao Brasil, sempre julgam-na árabe, muitos ficam olhando, e sempre que escuta alguma coisa, piadinha ou algo do gênero, vem de uma mulher.

Em julho de 2006, dirigi-me à Praça da Sé para uma manifestação em prol do fim do conflito no Líbano, com um grupo de garotas convertidas e uma em vias de se converter, todas vestidas com véus e algumas com a vestimenta completa, nos moldes árabes. Duas mulheres viram o grupo e disseram com desprezo: “bando de besta-quadrada” e mais algumas coisas que não pudemos ouvir. Chegando na praça da Sé, um rapaz gritou: “pode tirar esse pano da cabeça, vocês *tão* no Brasil, aqui não precisa usar...” Em outra ocasião, fui ao shopping com as garotas e mais uma vez presenciei risadinhas e escárnio de outras pessoas, desta vez, de um grupo de meninas adolescentes.

O uso do véu pode gerar problemas no ambiente de trabalho, conforme relatos, porém, na comunidade do Brás, este problema aparenta ser facilmente contornado através da extensão da rede de solidariedade dos imigrantes para as convertidas. Ouvi casos de jovens que foram despedidas por negarem-se a tirar o véu no trabalho, pouco tempo depois, sendo chamadas por lojistas árabes, para trabalhar com eles. A mão-de-obra das convertidas é absorvida, em um número razoável de casos, dentro da própria comunidade de comerciantes muçulmanos, isto quando a moça que se converte já não é funcionária de um deles...

Agressões verbais fazem parte das dificuldades encontradas por aquelas que decidem utilizar o véu no Brasil, mas há também casos em que este traz um “respeito” maior para quem o usa. A convertida L. afirmou que apesar das agressões, vindas principalmente de mulheres, “tem muitos que respeitam”. “Mas, esta é a razão do lenço, não é? Respeito”, completou seu marido. L. contou que quando tem que atravessar a rua, sempre param e dão passagem a ela. Seu marido riu afirmando ser verdade: “é totalmente diferente quando está com ela, sempre param para que passe”.

No começo da pesquisa de campo, estava curiosa para saber como as pessoas reagiam à visão de alguém de véu e resolvi sair da mesquita com ele e a bata longa e de manga comprida que estava usando, só para fazer um teste. Nas proximidades da mesquita não chamei qualquer atenção, obviamente, mas depois de uma certa distância percorrida, alguns jovens se referiram a mim: “olha lá a freira, tem que respeitar.” E depois começaram a rir e a imitar sons de árabe. Logo em seguida, uma menina sorriu para mim e perguntou se eu estava indo para o metrô. Respondi que sim e então, ela falou: “ah, que pena, estou indo para a pracinha...” Parecia curiosa e com pena, ao mesmo tempo... Mais perto da entrada do metrô resolvi tirar o véu. Fiquei apreensiva porque era uma área meio isolada e se os árabes realmente tem fama de ricos comerciantes alguém poderia pensar em me assaltar...

Em um outro dia, decidi entrar em uma loja de artigos indianos no Brás que vendia batas bem parecidas com aquelas que as meninas convertidas usavam na mesquita. Naquele dia, em questão, todas as jovens, sem exceção, estavam usando batas indianas bordadas, até a altura do meio da coxa. Rosa, azul bebê, bege, vermelho, todas bordadas e combinando com o véu, produzindo um visual bonito e alegre. É interessante observar como o véu, teoricamente, um símbolo da modéstia, transforma-se em um instrumento da vaidade. Uma

grande diversidade de cores, bordados e acabamentos são exibidos na mesquita, em contraste com a sobriedade da mulher muçulmana mostrada na mídia ocidental, sempre sisuda e, preferencialmente, de preto...

Resolvi entrar na loja, com a vestimenta islâmica, e pedi para ver umas batas. Ele parecia um pouco constrangido para conversar comigo e disse que iria pedir para me deixarem usar o banheiro para provar as batas, já que lá não tinha provador. Depois me perguntou se eu era brasileira. Comentei que sim. Perguntou se eu tinha que usar o tempo todo, apontando para o véu. Respondi que é bom usar, mas que algumas não usam. Perguntei se ele conhecia a mesquita que ficava próximo dali. Respondeu afirmativamente. Indaguei se as meninas de lá costumam comprar batas com ele, já que estão sempre usando este tipo de roupa. Falou que vão sempre e que tem “tudo quanto é freguês, inclusive árabes. Os árabes também tem muitas lojas por aqui. Árabe é o que mais tem aqui ... As meninas como você sempre andam apenas com aquelas iguais.” “Como eu como, com o véu?”, indaguei. Sim, respondeu ele. “Por que será? Será que os brasileiros não fazem muita amizade com elas?” (Disse que eu era nova no bairro) “Ah, fazem sim, mas é que elas são meio fechadas, não sei, acho que é o marido, né?”.

A curiosidade me levou a usar o véu e testar a reação das pessoas, mas conto minhas experiências como dados a serem analisados, obviamente, apenas como possíveis indicadores de problemas e situações pelos quais as muçulmanas reais talvez passem. Ser muçulmana não é apenas trajar um véu e usar uma roupa adequada às normas religiosas, além da obriedade da fé. Envolve uma linguagem corporal específica que deve ser seguida: não olhar nos olhos dos homens, evitar conversar com homens que não são da família, não tocar pessoas do sexo oposto, além de outros comportamentos que eu possivelmente não tivesse apreendido...

Voltando à questão da vestimenta islâmica, a dificuldade em seguir suas normas vão além do medo da possível hostilidade da sociedade mais ampla, passa pela questão prática de onde comprá-la. O “jeitinho brasileiro” empregado pelas convertidas vale-se de diversas estratégias, desde costurar as próprias roupas, utilizar batas e vestidos indianos (com blusa de manga comprida por baixo), comprar em lojas de roupas evangélicas, até pedir para alguma árabe prestes a viajar para que traga algo...

Creio que seria importante apontar os argumentos das imigrantes que não usam o véu. N., uma senhora libanesa de cerca de 50 anos de idade, que estava visitando a mesquita disse que o certo é usar o véu, mas em seu país natal, onde voltou a morar há alguns anos, nem todas usam, inclusive ela... Alegou, no entanto, haver outras coisas mais relevantes: “primeiro as orações, segundo, o jejum e só depois, o véu. Algumas mulheres no Líbano o usam, mas não fazem as orações. Eu não uso porque não fui acostumada com ele quando era novinha.” Sua filha que mora em São Paulo também não o usa... B. , por sua vez, filha de imigrantes libaneses, 38 anos de idade, advogada e divorciada, acredita que “há muito fanatismo, o mais importante é o que está no coração. Uma prima minha no Líbano cobre até o rosto e é a mais fofqueira da família”.

A comunidade campineira, por sua vez, apresenta um padrão comportamental diferenciado. O uso do véu restrito ao momento das orações é praticamente uma regra por lá, sendo que apenas 4 mulheres o usam em tempo integral. O véu, de fato, tornou-se “roupa de oração” naquela comunidade. O argumento de boa parte das imigrantes e suas descendentes que não usam o véu é de que não se sentem confortáveis em utilizá-lo por chamar muita a atenção no Brasil. Presenciei uma conversa bastante esclarecedora entre algumas senhoras da comunidade, durante um almoço dominical. Naquela ocasião, começaram a falar sobre o véu quando uma delas, uma sul-africana de origem indiana, disse estar sentindo muito calor, porque não estava acostumada a usá-lo. Decidiu usar o lenço por ser um evento especial, um dia de visita de um candidato à prefeitura de Campinas. Outra senhora, libanesa, vivendo há muito tempo no Brasil, disse rindo que seu marido já desistiu de tentar convencê-la a usá-lo, afirmou que não gosta, não acha confortável e por isso não usa. A esposa do senhor que conduzia as orações, antes da chegada de um Sheikh, em novembro de 2004, uma brasileira que se converteu depois de casar, alegou que também não usa e que não é preciso “seguir tudo”, já que “não é isso que vai fazer Deus ficar aborrecido, o que importa é ser bom para os outros”. A senhora sul-africana alegou que não gosta de usar o véu porque chama muita atenção, as pessoas ficam olhando e isto a incomoda. As outras concordaram. A brasileira convertida contou que às vezes usa o lenço, mas quando está em casa ou no sítio, não na rua. Quando vai ao pomar do sítio, por exemplo, sempre coloca o lenço, para não encher o cabelo de flor. “Mas eu não

uso como elas usam” (as imigrantes palestinas mais recentes da mesquita), “não cubro o colo e o pescoço, só amarro atrás da cabeça, cobrindo o cabelo”.

As mulheres que participaram desta conversa eram todas senhoras na faixa dos 50, 60 anos, algumas casadas com pessoas influentes na comunidade. Interessante observar como “as outras”, utilizadas para definirem-se em contra-partida, eram as palestinas *trajando o véu*. Em Campinas, usar o véu além do momento de oração é a exceção, não a regra... Duas líbias que vieram para o Brasil acompanhar seus maridos, estudantes de pós-doutorado na Unicamp, costumavam cobrir inclusive as mãos. Abayas, véus e luvas pretas compunham sua vestimenta. Não freqüentavam os almoços mensais da mesquita por não concordarem com a disposição de seus membros, todos no mesmo salão, homens e mulheres.

O véu pode ser utilizado em eventos especiais, como símbolo da identidade muçulmana, como no caso da senhora sul-africana que colocou o véu por ser tratar de um evento especial, com a presença de visitantes importantes, de fora da comunidade. Uma garotinha, filha de pai descendente de libanês e mãe de origem malásia, também contou ter participado de uma reportagem para um jornal local, onde tirou uma foto vestida com o véu, algo que não faz no seu dia-a-dia...

Há ainda alguns casos como o de uma jovem universitária, sul-africana de origem indiana que, nas aulas das líbias, fazia questão de usar o véu, assim como no Encontro das Mulheres Muçulmanas que participamos e na presença de parentes seus que visitaram a mesquita, mas não no seu dia-a-dia habitual. O comportamento pode mudar de acordo com a presença de pessoas mais ou menos rigorosas quanto à moralidade islâmica.

De qualquer maneira, as mulheres na Liga são, em geral, mais rigorosas. Nos momentos de oração, em Campinas, por exemplo, pude ver garotas usando camisas de manga comprida por baixo de camisetas, calças jeans e véu para fazer as orações. Algumas pessoas usavam um véu branco bem comprido, até a cintura, de forma a cobrir não só os cabelos, pescoço e colo, mas também os braços. Na Liga, via moças chegando com calças bastante largas, e túnicas até a altura dos joelhos e ainda colocarem saias largas por cima, para rezar. Lá, usam saias por cima da roupa, quando vão à mesquita de calças, independentemente da largura destas. O uso de abayas também é bastante comum entre as senhoras árabes que freqüentam a mesquita do Brás, ao contrário de Campinas...

O grupo de Campinas, ao contrário do caso da Liga, é formado predominantemente por imigrantes mais antigos, dispersos pela cidade e trabalhando em locais diferenciados, onde desempenham, em grande medida, uma atividade que exige um intenso e longo contato com a sociedade hospedeira: a atividade educacional. Creio que todas estas variáveis contribuem para o maior impacto das pressões de assimilação da sociedade brasileira sobre a comunidade de Campinas, entre outros fatores, no que se refere ao uso da vestimenta islâmica.

O caso de K., a única convertida com quem tive contato em Campinas, mostra um pouco o tipo de pressão a que me refiro, com a adição do fator da rejeição familiar:

“Eu gostaria muito de usar o hijab, mas já tentei sair da minha casa, você tinha que ver a cara das pessoas! Eu acho que tenho que fortalecer a minha fé para usar sem ligar para os outros.” Você saiu de casa com o véu e chegou a andar algumas quadras ou tirou logo, perguntei. *“Fui até a casa da minha mãe, são dez quadras e já fiquei na cidade. O meu irmão disse que naquele momento estava acabando com a reputação da família. É, fiquei muito triste...Sabe, se eu conhecesse alguém, muçulmano que gosta da mulher com hijab me daria muito mais força...A minha mãe acha esquisito, o resto da família nem sabe. Se souberem vão achar que estou possuída. Eu tenho que fortalecer a minha fé para não ligar para isso.”* Mas, naquele dia que andou de véu, alguém na rua te abordou, falou algo, ou foram só olhares mesmo, indaguei. *“Não no bairro, mas na cidade ficavam gritando: ‘ela está escondendo o rosto’!!! Sabe rapazes quando querem chamar atenção de uma mulher?”*

O uso da vestimenta islâmica fora do contexto de oração, em Campinas, é algo tão raro que levou a convertida a pensar como uma raridade um homem muçulmano que aprecia uma mulher que usa o hijab na esfera pública: “se eu conhecesse alguém muçulmano que gosta da mulher com hijab me daria muito mais força”...

É mais fácil enfrentar as pressões de assimilação, demonstradas pelo olhar discriminatório e/ou pelas agressões verbais (que vão desde “freira-do-diabo”, até “mulher-bomba”, passando por xingamentos diversos de quem as classificam como “traidoras⁶ do gênero”) quando não se está só. Morar no mesmo bairro e trabalhar em conjunto facilita o seguimento dos costumes, inclusive pelas convertidas que costumam ser abarcadas pela rede de solidariedade dos imigrantes quando enfrentam problemas para continuar a trabalhar usando o véu. Digo isto pensando naquelas que querem submeter-se aos costumes e normas religiosas, mesmo contra as pressões da sociedade brasileira. Por outro lado, há

⁶ Principalmente no caso das convertidas, que *escolheram* “se submeter à dominação masculina”.

quem gostaria de pôr em prática certos aspectos comportamentais brasileiros, inclusive no que toca à vestimenta, desta vez, contra as pressões de preservação cultural da comunidade imigrante religiosa. Neste caso, a vida tão próxima do grupo assume um papel de vigilância e controle, onde tenta-se preservar os costumes através das pressões próprias do grupo religioso e suas possíveis sanções.

O discurso dos líderes de Campinas é bastante flexível, levando em conta aspectos culturais no que toca ao uso da vestimenta islâmica e corresponde em boa parte ao que é visto no cotidiano daquelas mulheres. Já o discurso da Liga é bem mais rígido e justificado apenas a partir de fontes e argumentos religiosos. A prática também é mais rigorosa, mas obviamente não reproduz em sua totalidade o discurso dos líderes, como ocorre em qualquer grupo social... Um pequeno e interessante exemplo diz respeito à proibição do uso de cosméticos faciais e esmalte. Pude notar que algumas meninas não usavam esmalte, alegando motivos religiosos, ao mesmo tempo em que maquiavam os olhos de forma a chamar bastante atenção. Um dia, enquanto uma delas maquiava a outra, ouvi de uma terceira (uma garota convertida que inclusive trabalhava na mesquita): “que linda a maquiagem que você sabe fazer, vai dar uma ótima esposa”. Este argumento lembra mais a novela *O Clone*⁷, onde as personagens muçulmanas apareciam sempre muito maquiadas e envoltas em glamour, do que o discurso dos líderes daquela mesquita...

Existe uma negociação entre os fiéis e a sociedade hospedeira que é intermediada, em *alguns* aspectos, pelas lideranças, mas absolutamente, não em todos... Os próprios líderes podem moldar seu discurso, em menor ou maior grau, como nos casos da Liga e de Campinas, respectivamente, visando uma adaptação ao país receptor. Dessa maneira, aponto e reconheço a possibilidade de intervenções internas na tradição religiosa, mas ressalto também a importância e impacto do papel do indivíduo na negociação com a sociedade mais ampla, provavelmente fruto da cultura basicamente ocidental brasileira e de uma tendência já apontada por Luckman⁸, (ainda que de forma exagerada) de que a religiosidade tenderia a ser encontrada cada vez mais fora das instituições religiosas, em um processo denominado por ele privatização da religião.

⁷ A novela *O Clone*, escrita por Glória Perez, foi transmitida pela rede Globo entre os anos de 2001 e 2002, no horário das 21:00 horas.

⁸ *Cit. Casanova (1994)*

Bibliografia

BECK, Lois & KEDDIE Nikki (orgs.) *Women in the Muslim World*, Harvard University Press, 1980.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASTRO, Cristina Maria de. A Construção de identidades muçulmanas no Brasil: um estudo das comunidades sunitas da cidade de Campinas e do bairro paulistano do Brás. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, 2007.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Imagem Oculta – Reflexões sobre a relação entre os muçulmanos e a imagem fotográfica. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2001

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

MARIZ, Cecília & PERES, Vitória . “Conversion to Islam in Contemporary Brazil”. *Exchbage*, The Netherlands, v. 35, n. 1, p. 102-115, 2006.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. *Conversão ao Islam: o olhar brasileiro, a construção de novas identidades e o retorno à tradição*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC. São Paulo, 2000.

MOAZAMI, Schirin Amir. “Knowledge, empowerment and institutionalised forms of authority among young Muslim women in France and Germany”. Paper apresentado no Workshop “Muslim Religious Authorities in Western Europe” realizado pelo ISIM, em Leiden, de 30 de setembro a 1º de outubro de 2005.

MONTENEGRO, Sílvia Maria. *Dilemas identitários do Islam no Brasil – A comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRJ, 2000.

OSMAN, Samira. *Caminhos da Imigração Árabe em São Paulo: história oral da vida familiar*. Dissertação de mestrado. Departamento de História da USP, São Paulo, 1998.

PETER, Frank. “Individualization and religious authority in Western European Islam – a review essay”. Paper apresentado no Workshop “Muslim Religious Authorities in

Western Europe” realizado pelo ISIM, em Leiden, de 30 de setembro a 1º de outubro de 2005.

RAMOS, Vlademir Lúcio. *Conversão ao Islam: uma análise sociológica da assimilação do ethos religioso na sociedade muçulmana sunita em São Bernardo do Campo na região do Grande ABC*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

ROALD, Anne Sofie. *Women in Islam – The Western experience*. London & New York: Routledge, 2001.

SAID, Edward W. *Covering Islam – How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World*. London, Routledge & Kegan Paul, 1981

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth J. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRUZZI, Oswaldo. “*Configurações e valores familiares entre muçulmanos em São Paulo*”. Paper apresentado no 30º encontro anual da ANPOCS, em Caxambu, de 24 a 28 de outubro de 2006.

WEBER, Max. “A Psicologia Social das Religiões Mundiais”. In *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982.